

**SEGREGAÇÃO INTERNA E CRIMINALIZAÇÃO: O CASO DA FAVELA E
CONJUNTO HABITACIONAL MATADOURO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ**

Carla Gisele dos Santos Mota¹

Hernán Armando Mamani²

Resumo: O trabalho tem como objetivo compreender a construção de uma imagem pública do Conjunto Habitacional Matadouro, em Campos-RJ, como lugar do tráfico e do crime. Desde que inaugurado, em 2008, viu-se a transformação da percepção positiva do conjunto, numa combinação de questões referentes a política de segurança pública e a uma política habitacional repleta de lacunas quanto a sua execução e acompanhamento. O tratamento deste tema buscou amparo na perspectiva da segregação sócio-territorial, da violência urbana e da política pública habitacional. Concluiu-se que a criminalização do conjunto é um fator estigmatizante e reforçador da segregação; e que, o poder público, representado pelo aparato de segurança e pelas políticas habitacionais, mostra-se falho no tratamento de problemas relativos a segurança pública e a continuidade de uma política habitacional ampla, promotora do bem estar coletivo.

Palavras-chave: criminalização, segregação, política habitacional.

¹ Assistente Social pela UFF – Universidade Federal Fluminense; Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais de Campos da Universidade Federal Fluminense. – UFF. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

**INTERNAL SEGREGATION AND CRIMINALIZATION: THE CASE OF HOUSING
AND SLUM MATADOURO IN CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ**

Abstract: The study aims to understand the construction of a public image of Housing Project Matadouro in Campos-RJ, as a place of crime and trafficking. Since it opened in 2008, saw the transformation of the positive perception of the whole, a combination of issues relating to public security policy and a housing policy full of gaps as its implementation and monitoring. The treatment of this theme sought shelter from the perspective of socio-territorial segregation, urban violence and public housing policy. It was concluded that the criminalization of the housing project is a stigmatizing factor and enhancer of segregation, and that the government, represented by the security apparatus and the housing policies, seems flawed in treating problems related to public safety and continuity of a comprehensive housing policy, promoting the collective welfare.

Key words: Criminalization, segregation, housing policies.

Introdução:

O trabalho tem como objetivo analisar o repertório de acusações recíprocas mobilizadas pelos moradores da favela Matadouro e o Conjunto Habitacional Matadouro no município de Campos dos Goytacazes-RJ, com o propósito de compreender como se constrói e difunde uma imagem pública do conjunto Matadouro que o caracteriza como lugar do tráfico e do crime, e como se transforma a percepção positiva do conjunto (inaugurado em 2008) - de política pública bem sucedida - num clamor pela intervenção policial.

A favela do Matadouro, localizada à margem direita do rio Paraíba do Sul, faz parte de um contínuo de favelas que começa na área central de Campos dos Goytacazes e avança por aproximadamente 6 km numa estreita faixa entre o dique de contenção do rio, condomínios, universidades e bairros de classe média (ver imagem 1). Em 2008, junto a esta favela, inaugurou-se o Conjunto Habitacional Matadouro, popularmente conhecido como “Portelinha” - primeiro e único conjunto habitacional vertical do município - cujos 228 apartamentos abrigaram famílias afetadas pelas enchentes de 2001, que, desde aquela época, ocupavam as ruínas do antigo matadouro municipal, entre a favela do Matadouro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Entretanto, apesar das expectativas, a construção deste conjunto não significou a remoção integral da favela do Matadouro e, a partir de então, introduziu uma diferenciação entre favela e conjunto habitacional.

Ambos os espaços apresentam diferenças pontuais: A favela é uma área segregada da cidade; dentro da favela o conjunto habitacional também é um espaço segregado, que difere da paisagem das casas com pouca estrutura que compõem a favela. Ademais, o conjunto habitacional tornou-se um facilitador para as atividades de comércio de drogas, fato este que acentua os traços de segregação do conjunto e fortalece definições estigmatizantes a seus moradores. Com a atuação do tráfico de drogas dentro do conjunto, investidas policiais são cada vez mais recorrentes, situação que constrange tanto moradores do conjunto, como da favela, tornando inevitável a criminalização daquele espaço. Neste ponto a mídia local possui papel fundamental na transformação da imagem de um espaço de política habitacional em um território marcado pelo crime e tráfico.

Considerando a situação brevemente colocada, objetiva-se responder as seguintes questões: como se constrói uma área segregada dentro de outra área segregada; como se transforma a

percepção positiva de uma política pública habitacional num clamor pela intervenção policial? Como se constrói e difunde uma imagem pública do Conjunto Habitacional Matadouro como lugar do tráfico e do crime?

Para responder estas perguntas foram utilizados dados obtidos por observação participante e entrevistas semiestruturadas com comerciantes-moradores do conjunto. Para responder a última pergunta, sobre a construção de uma imagem do conjunto habitacional como lugar do tráfico e do crime, foram feitos levantamentos em jornais e sites que veiculam notícias sobre a região, buscando notícias referentes a investidas policiais no conjunto habitacional nos últimos dois anos. Estes dados serão utilizados neste estudo e auxiliarão a compor um viés analítico às questões que se quer aqui debater.

1- Traços de segregação na Favela Matadouro

Tratar da segregação na cidade nos defronta inicialmente com o problema da definição do que esta seja. Dado que não há critérios unânimes na definição do problema da diferenciação sócio-espacial, é necessário esclarecer que o debate contrapõe os que entendem a segregação como expressão física da estratificação social produzida por mecanismos de mercado (Park, 1987); e aqueles que a tomam como um componente estrutural da diferenciação de classes produzido econômica e politicamente (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 1977, LÉFÈBVRE, 1991). Essa polêmica que opôs a tradição de estudos urbanos inspirados pela chamada Escola de Chicago à Sociologia Urbana francesa de corte marxista, e que implicou, no Brasil, no abandono dos estudos do primeiro tipo, não pode ser perpetuada se ambicionamos ganhos analíticos.

Entendemos a segregação como diferenciação sócio-espacial produzida pelos processos econômicos (mercado de terras, mercado de trabalho, pujança econômica), políticos (produção e regulação de infraestrutura urbana, política habitacional) e sociais (migrações, lutas sociais) pelos quais a população e atividade se distribuem nas aéreas urbanas e convivem com os efeitos dessa distribuição sobre o acesso aos recursos urbanos. Acreditamos ainda que essa diferenciação material possa dar lugar a subjetividades locais ou culturas locais, constituindo “áreas morais” e que o conjunto dessas “moralidades” podem ser pensadas como formador de uma cultura urbana ou cultura cívica típica de cada cidade (Ver Mamani, 2004).

A adoção de uma perspectiva clássica, que articula a contribuição marxista e da Escola de Chicago, pode ser questionada por ignorarmos o debate em torno dos padrões atuais de

urbanização em rede e o surgimento de novas centralidades (LAGO, 2000) e ainda a problemática da fragmentação do tecido urbano e a autossegregação das classes médias (VILAÇA, 2001). Em nossa defesa sustentamos, primeiro, que a abordagem obedece ao nosso recorte analítico: estudamos conflitos de vizinhança de grupos socialmente próximos mas não integrados. Em segundo lugar, afirmaremos que a cidade de Campos dos Goytacazes não permite tratar da problemática das novas centralidades, dado que sua expansão segue até o momento o padrão centro – periferia.

De fato, a cidade Campos dos Goytacazes, com seus 460 mil habitantes (IBGE, 2010), se configura espacialmente a partir de um centro histórico, ocupado principalmente pelo comércio popular, e uma área próxima, considerada atualmente centro, onde se localizam as áreas residenciais de mais alto padrão, as atividades administrativas, os serviços e o comércio de classe média. Pouco mais longe, na área denominada periferia próxima, na representação da cidade da Imagem 1, encontram-se áreas residenciais mistas em que casas de classe média se misturam com loteamentos, condomínios fechados e casas mais modestas. Finalmente, na área denominada periferia distante, encontram-se lugares mais recentes de expansão urbana: loteamentos de antigos povoados, como travessão e Goytacazes, integrados paulatinamente à mancha urbana. Contudo, a representação não reproduz fielmente a localização de favelas: em ambas margens do rio Paraíba do Sul, à margens das estradas de ferro e rodovias e nas áreas inundáveis em torno de lagoas ao norte do Rio Paraíba; próximo do Lixão e do Presídio.

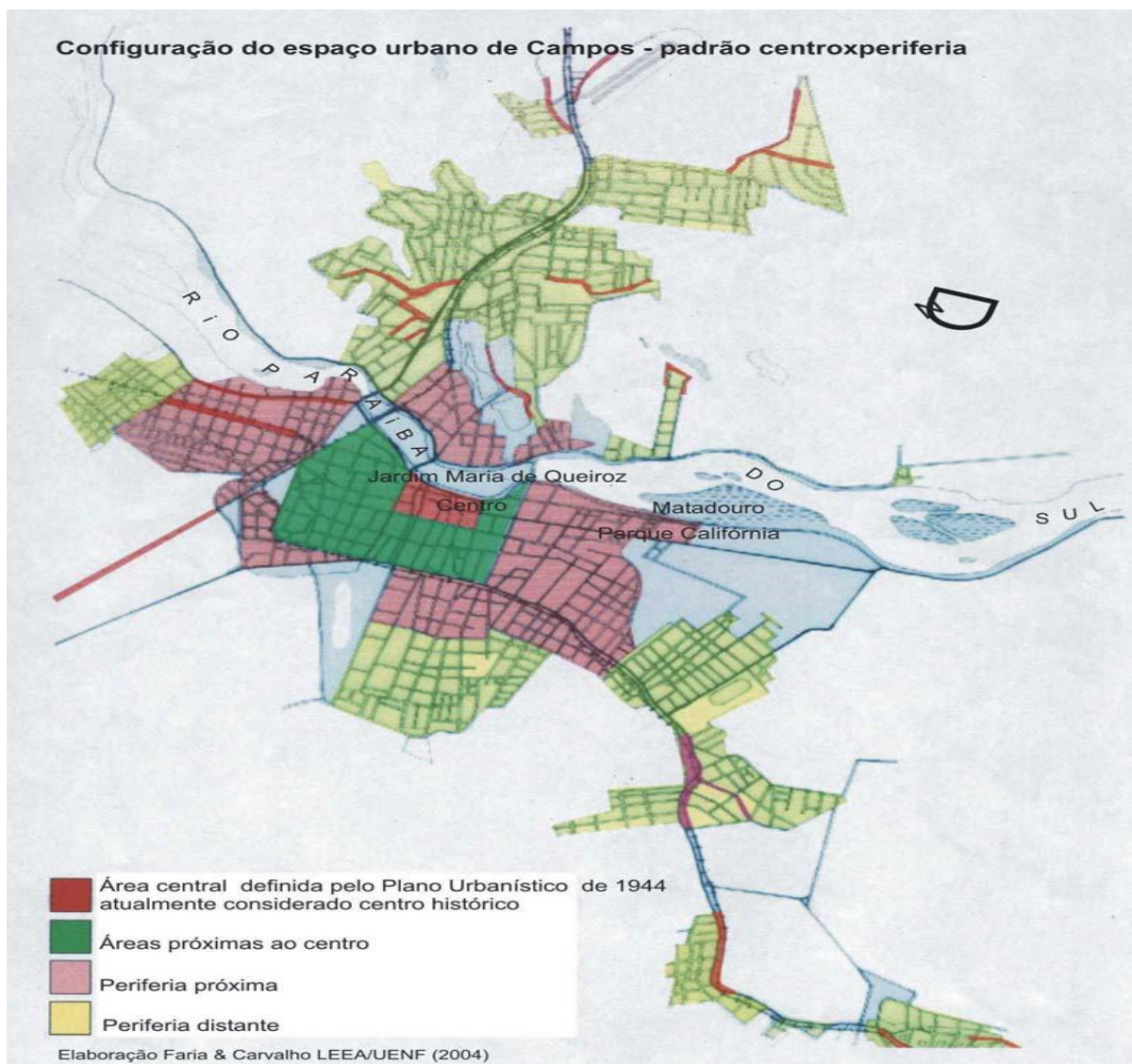


Imagem 1: Representação do centro urbano do município de Campos dos Goytacazes (FARIA, 2005).

A área de que tratamos neste estudo (favela do Matadouro) começou a ser ocupada no final do século XIX, com a construção de um matadouro público para abate de animais – vem daí a origem do nome da favela. Esse empreendimento teve como marco o início da urbanização de cunho sanitarista, na qual as atividades consideradas sujas, poluidoras ou perigosas deveriam ser afastadas da área central da cidade. Além do matadouro, aquela área também consolidava pequenas casas que serviam de moradia para os trabalhadores do matadouro, contudo, na época, a região mantinha fortes traços rurais (POLHMAN, 2004).

A região somente começou a ser intensamente povoada a partir da segunda metade do século XX, quando o processo de migração campo-cidade se intensificou (FARIA, 2005, p. 14). A transformação do uso da área e a expansão da favela relaciona-se a vários fatores além da

migração: a desativação do matadouro público no final da década de 60; a desativação da estrada de Ferro Campos – São João da Barra, na década de 70. E a falta de uma política capaz de garantir acesso à moradia e/ou terrenos urbanos com serviços básicos durante o auge da migração campo - cidade entre as décadas de 70 e 80. De fato, segundo Vianna (1986), naquele período a população do município cresceu 9,48% (a taxas de 1,18% anuais) bem abaixo da média nacional. A população rural cresceu 8,6 %, enquanto a urbana cresceu 20,1% representando 69,49% da população do município (em 2000 chegou a 89,48%). Este processo acelerado de “urbanização” levou 52,5% dos 114.300 residentes urbanos do município a morarem em alguma das 22 favelas, enquanto o restante morava em 19. A favela do matadouro fez parte desse processo, sendo considerada a quinta maior favela do município (PESSANHA, 2004, p. 307).

A favela ocupa uma estreita faixa de aproximados 500m por 70, à beira do Rio Paraíba no Bairro do Horto (ver representação gráfica). Faz parte de um ‘cordão’ de favelas que se estende desde bairros próximos ao centro (Lapa) e continua 300 metros depois da Favela do Matadouro na área conhecida como Goiabal. Apesar da proximidade do centro, a favela apresenta problemas de iluminação, abastecimento de água e principalmente saneamento, dado que 72,5 % dos domicílios lançam seus dejetos diretamente ao rio Paraíba do Sul (Arruda, 2006).

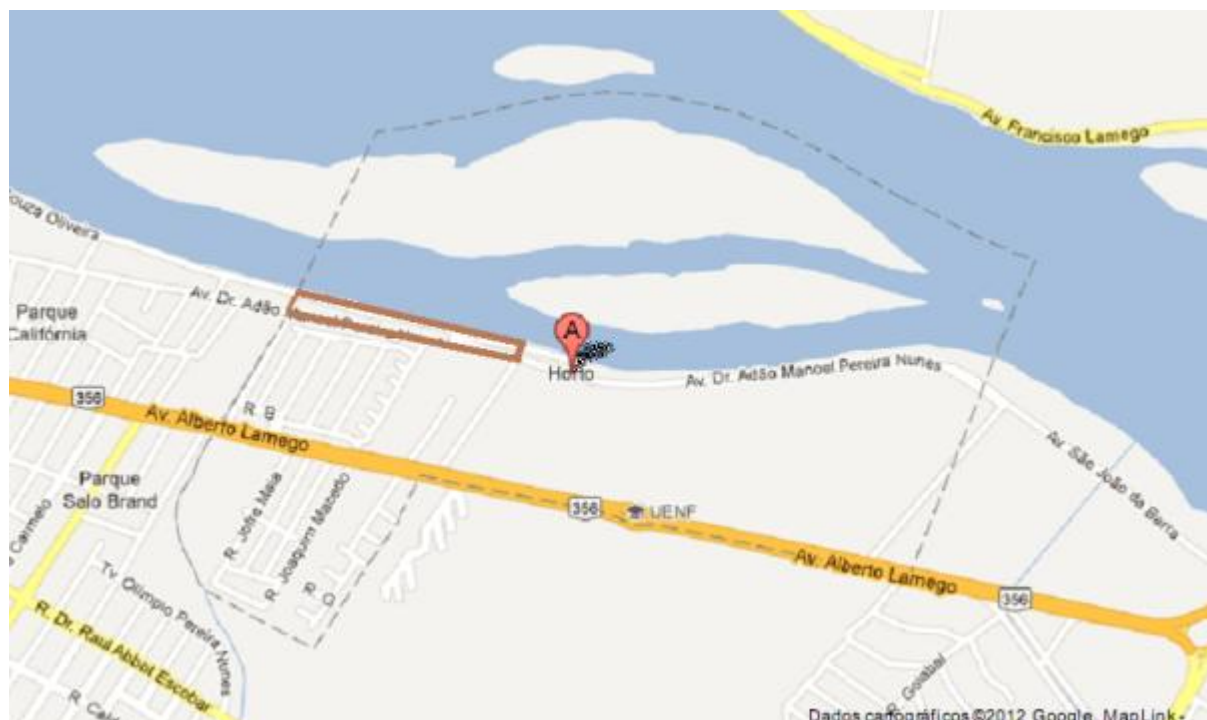


Imagem 2 - Representação do Bairro do Horto com destaque à Favela do Matadouro (Google Maps, 2012)

As condições de vida da favela do Matadouro são discrepantes se comparadas as existentes no Horto, bairro de classe média, contíguo à favela, que, em termos administrativos a compreende. Localizam-se nele aparelhos urbanos públicos importantes (Horto municipal, escolas e uma universidade estadual) e privados (comércio e serviços em geral). É digno de nota a presença de três condomínios fechados, esses equipamentos têm acesso pela Av. Alberto Lamego, onde se localiza o comércio do bairro. Já os fundos dos condomínios, fechados com muros e cercas, fazem fronteira com a favela. Quanto o transporte, o bairro conta com três linhas de ônibus que a ligam com o centro, os mesmos são de qualidade bastante baixa (ARAÚJO, 2012) privilegiando-se o uso de automóveis. (FARIA, 2005, p. 4794).



Imagem 3: Conjunto Habitacional Matadouro e arredores - Favela Matadouro, terreno do antigo matadouro público, condomínios fechados e UENF (Google Earth, 2010).

A favela permaneceu à margem dessa transformação urbana, num relativo isolamento sem chamar a atenção por conflitos ou tráfico de drogas até, aproximadamente, 2010. As mudanças iniciaram com a promessa de remoção para um conjunto habitacional que, como veremos a seguir, se revelou parcial e iniciou um ponto de tensão e conflito entre os moradores mais antigos da favela e os novos moradores do conjunto habitacional.

Conjunto habitacional Matadouro: uma política que se tornou caso de polícia

O Conjunto Habitacional Matadouro foi construído com o objetivo de atender às necessidades habitacionais das famílias que ocupavam, provisoriamente, o terreno do antigo matadouro público e parte de suas ruínas. A ocupação começou em 2001, quando uma enchente assolou a cidade de Campos dos Goytacazes. As áreas de risco ambiental e, principalmente, as que se localizavam à margem do Rio Paraíba do Sul foram deveras afetadas e muitas famílias das favelas do Matadouro e Tira-Gosto perderam suas casas. A prefeitura municipal destinou, então, como medida paliativa, o terreno no entorno das ruínas do antigo matadouro público, onde foram construídas casas de madeira improvisadas, que serviram como alojamento para algumas famílias.

Inicialmente, apenas oito famílias foram removidas para as ruínas do matadouro, onde, além das casas improvisadas, foi construído um banheiro comunitário. A situação era vista como temporária, pois o poder público havia prometido doar casas populares a estas famílias em pouco tempo (ARRUDA, 2006). A promessa de doação de casas populares³ impulsionou um movimento de “migração” de famílias de outras áreas da cidade. Buscavam sair do aluguel, ter casa própria ou fugir da violência do tráfico de drogas⁴ (ARRUDA, 2006). Assim, as oito famílias que ocuparam as ruínas do matadouro em 2001, em 2006 tinham se transformado em 80 e em 180 em 2007, quando parte do conjunto foi inaugurado. Estas famílias moravam em barracos improvisados e sem qualquer estrutura sanitária e higiênica. Todas foram contempladas com um apartamento e os barracos foram removidos⁵.

O Conjunto Habitacional do Matadouro foi construído com recursos da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, e complementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS⁶, fazendo parte do programa de habitação “Pode entrar que a casa é sua”. Os apartamentos, distribuídos em 15 blocos, têm 52m², três quartos, sala, cozinha, banheiro e

³ Arruda (2006) faz um amplo levantamento sobre a situação de moradia das famílias que ocupavam o terreno e ruína do antigo matadouro.

⁴ Entretanto, a própria autora destaca que a ocupação das ruínas do matadouro favoreceu o início das atividades do tráfico de drogas na favela do Matadouro, que era até então considerada um local onde não havia ou havia uma mínima incidência do tráfico de drogas (FARIA, 2005).

⁵ No local da ocupação a prefeitura prometeu construir uma praça, todavia, até hoje a praça não passou de promessa e a ocupação do local por outras famílias é constante. A prefeitura atua removendo estas famílias e destruindo os barracos. (Reportagem InterTV “Famílias são retiradas de área da Prefeitura de Campos”, Campos dos Goytacazes, 17 de março de 2011. IN: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=16979>).

⁶ Recursos provenientes do pacote do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de 28 de novembro de 2007 – decreto 6276, destinados para a Urbanização de Assentamentos Precários no Matadouro, repassados ao Ministério das Cidades (Programa Habitação de Interesse Social – ação apoio ao poder público para construção habitacional), que então, repassou à prefeitura de Campos dos Goytacazes R\$ 5.400.000,00. O custo total da obra foi de R\$ 21.607.812,96, com custo unitário de R\$ 94 mil reais por unidade.

área de serviço. A obra foi entregue em duas etapas, a primeiramente em 2007, para famílias em situação de moradia mais vulnerável, e posteriormente, ao final de 2008.



Figura 4: Conjunto Habitacional Matadouro visto do prédio da reitoria da UENF (acervo próprio).

A ocupação total do Conjunto Habitacional Matadouro muda consideravelmente a vida na favela. Não se trata apenas de uma mudança arquitetônica da paisagem da favela contrastando com o conjunto, mas da chegada de um contingente populacional igual ou superior à da favela, dado que as 228 famílias do conjunto superam em número os 700 moradores que a favela possuía em 2000 (IBGE, *apud* PESSANHA, 2004, p. 313). E que esse crescimento congrega um grupo heterogêneo, de pessoas oriundas de locais diversos o que provoca tensão, desconfiança e conflito entre os moradores do conjunto e entre os moradores da favela⁷. Vejamos a seguir alguns depoimentos acerca da aceitação ou negação dos novos moradores, colhidos durante pesquisa com moradores comerciantes e outros moradores do conjunto habitacional e da favela do Matadouro:

“Quando é pra dar cesta básica, fazer alguma melhoria ou doação, os políticos só pensam na Portelinha (Conjunto Habitacional)”. Dona Regina – Comerciante e moradora da favela Matadouro.

⁷ Arruda (2009) encontra o mesmo problema ao pesquisar outros conjuntos habitacionais do município.

“A vizinhança é tranquila entre comunidade e conjunto, ate mesmo porque muitos moradores eram da comunidade ou das proximidades. Um problema é o tráfico de drogas que é intransigente e se impõe, as crianças estão brincando junto com os bandidos”. Joana D’Arc – Atual presidente da Associação de Moradores do Matadouro e moradora da favela.

“Os moradores da comunidade encaram o conjunto com maus olhos e o contrário também acontece. Às vezes, acaba a cerveja aqui no bar e falo pro cliente ir buscar mais cerveja na Portelinha (Conjunto Habitacional) , só que ele diz que não entra lá; e tem gente que mora lá dentro que não faz nada lá, até cerveja vem comprar no meu bar”. Dona Regina – Comerciante e moradora da favela Matadouro.

“Tem coisa que me incomoda aqui na Portelinha (Conjunto Habitacional), porque os moradores não pagam as contas de luz e água, e me sinto desrespeitada pelo tráfico de drogas e pela polícia, que vai entrando no prédio, batendo na porta. Mas também gosto daqui, não pago aluguel, é próprio e trabalho em casa”. Regina – Moradora comerciante do Conjunto Habitacional Matadouro.

A acusação de tráfico de drogas e, por tanto, a “criminalização” dos novos moradores constitui, aqui, o principal estigma mobilizado pelos antigos moradores da favela, apesar de não serem tratados diretamente em entrevistas e conversas diretas. Mas é também utilizado internamente, no conjunto. De fato, é consenso entre os moradores da favela que o conjunto habitacional foi responsável pelo fortalecimento da atividade de comércio de drogas no Matadouro. Explicam que a arquitetura do conjunto (murado, com corredores estreitos, altos prédios) facilita a observação de entradas e saídas, favorecendo este tipo de atividade clandestina⁸. Não é possível recuperar a cronologia do comércio de drogas na favela do Matadouro, mas sabemos que se trata de uma atividade relativamente “nova”, inexistente antes da ocupação das ruínas do Matadouro (FARIA, 2005, p. 4794).

Seja como for, os antigos moradores da favela do Matadouro – os estabelecidos para usar o conceito de Elias (2000) - tem maior capacidade de fazer valer sua versão da história por possuírem uma coesão comunitária (moral) maior do que os novos moradores do conjunto habitacional - os não-estabelecidos. Contudo, os critérios de estigmatização são idênticos, como mostraremos.

A remoção de favelas para conjuntos habitacionais não é condição suficiente para se moldar uma “civildade” responsável pelo pagamento das contas de água e luz e pela preservação de

⁸ Cadernos de Campo, 24/11/2009

espaços comuns, questões de inadimplência e o agravamento da pobreza por moradores de conjuntos habitacionais já foi citado por Valladares (1978) e Arruda (2009). Daí então que, mesmo em espaços com um padrão mais formal de ocupação do solo, como os conjuntos habitacionais, há uma tendência de favelização, encarada como uma herança da vida na favela, da sociabilidade, hábito e da ausência do poder público (BURGOS, 2005).

O “problema” da incapacidade de tal transformação, tratado com o termo de “favelização”, aduz à adaptação das casas e espaços comuns para comércio e atividades econômicas diversas, bem como pelo uso de espaços comuns para fins de moradia com a construção de novos barracos e puxadinhos.



Figura 5: Novas construções dentro do espaço do Conjunto Habitacional Matadouro (acervo próprio).

Contudo desde o ponto de vista dos moradores, a convivência forçada dentro dos prédios nas áreas comuns e a proximidade entre os apartamentos são vistos como causadores de indisposição. Contribuem para isso “a falta de limpeza das áreas comuns, o desrespeito ao horário de silêncio e o arremesso de qualquer tipo de lixo pelas janelas dos apartamentos”. Esse mal-estar é atribuído pelos moradores, na presença dos pesquisadores, ao caráter de favelados dos moradores.

“é fácil tirar uma pessoa da favela, o difícil é tirar a favela de dentro da pessoa”
(OLIVEIRA, PEDLOWISKI & ALMEIDA, 2009, p. 15)

Em verdade, os moradores reclamam também da qualidade da construção: as queixas convergiam principalmente para a falta de conservação; precoces problemas com encanamentos, infiltrações e vazamento de esgoto. Apontam, ademais, o atraso e a falta de

pagamento das contas de água e luz. Além da atuação do tráfico de drogas dentro do conjunto e a intransigência da polícia ao realizar operações e revistas⁹.

Obviamente não há somente reclamações, mas os problemas de vizinhança e os problemas ocasionados pelo tráfico de drogas constituem o repertório principal das reclamações internas e também as externas. A diferenciação entre os grupos dá sustento a um processo de diferenciação interna na favela, servindo de base para um novo tipo de segregação. Segregação física e simbólica entre os moradores da favela e os do conjunto, separados por muros e cercas, moradores de prédios.

Desta forma, o Conjunto Habitacional Matadouro ganha dupla notoriedade: primeiro como política habitacional; segundo como lugar do tráfico e do crime. Incidências policiais são recorrentes e publicizadas pela imprensa local, que agora incluem o Conjunto Habitacional como um dos palcos da violência urbana, um tipo de violência descrito pelo uso constante da força, que rompe com rotinas cotidianas, e que possui um ator muito bem detalhado, neste caso, os traficantes de drogas (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 37).

2- A construção da imagem pública do Conjunto Habitacional Matadouro

Desde a inauguração do conjunto, circularam boatos na favela mencionando a existência de “bocas-de-fumo” em seu interior. Estes transcenderam a favela do Matadouro sendo repetidos por moradores de outras favelas vizinhas e também por estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ao lado do conjunto. Não demorou a serem noticiadas as investidas policiais no conjunto, em jornais, rádios e programas de TV da cidade¹⁰. As acusações de tráfico deixam, a partir de então, de serem um repertório do conflito entre vizinhos para constituir o mapa mental da cidade.

As notícias sobre favelas relatam, principalmente, as incursões policiais relacionadas ao tráfico de drogas, as apreensões de armas e de drogas, além de prisões em flagrante e investigações. No caso do Conjunto Habitacional Matadouro, as notícias deste tipo aparecem pouco tempo após sua inauguração, ao final do ano de 2009. O segundo conjunto de notícias ocorreu em maio de 2010, quando uma operação conjunta entre Polícia Militar e Civil cumpriu mandado de busca e apreensão nos 228 apartamentos do conjunto. Esta operação,

⁹ Cadernos de Campo, 24/11/2009.

¹⁰ Neste tópico serão utilizadas reportagens extraídas de mídias impressas ou de veiculação na internet, ilustrando a construção de uma imagem pública do Conjunto Habitacional Matadouro em lugar do tráfico e do crime.

denominada “Operação Paradigma”, atendeu a denúncias feitas ao Ministério Público de que o tráfico de drogas havia tomado os dois últimos blocos do conjunto e realizava ali suas atividades de comércio.

Em reportagem do dia 15 de maio de 2010 o jornal *online* URURAU noticiou sobre a operação:

As Polícias Civil e Militar deflagraram na manhã deste sábado (15/05), a “Operação Paradigma” que cumpriu mandado de busca e apreensão nos 228 apartamentos do Conjunto Residencial do Matadouro, conhecido como “Portelinha”. O conjunto, de 15 blocos, tem aproximadamente 1800 moradores. O mandado foi expedido pelo juiz titular da 3ª Vara Criminal de Campos, após o Ministério Público (MP) receber denúncias de que no Conjunto moradores vinham sendo expulsos de seus apartamentos que foram doados pela Prefeitura, e assim passavam a ser dominados pelo tráfico. O local é conhecido como ponto de venda de drogas. A operação começou com 150 policiais e às 7h30 da manhã, já havia quase 200 homens ao todo, com 20 viaturas e dois microônibus da Polícia. Um farto material do tráfico foi localizado em vários pontos do condomínio e em alguns casos, dentro de apartamentos. (URURAU, 15 de maio de 2010)

É bom frisar que um dos objetivos era oferecer segurança para que a Prefeitura pudesse recadastrar todos os moradores como mostra o comentário do delegado que comandou a operação policial:

O delegado responsável pela Operação declarou que a ação foi realizada com sucesso e que o objetivo era de se colocar o Conjunto em condições de segurança para que a Prefeitura pudesse realizar o trabalho de recadastramento de todos os moradores, sem riscos. (URURAU, 15 de maio de 2010)

O resultado desta última ação foi a constatação de que 20% dos imóveis apresentaram algum tipo de irregularidade; seis estavam alugados; seis foram vendidos; 23 apartamentos foram trocados entre os beneficiários. Foram registradas, ademais, alterações na estrutura física dos apartamentos e na área de convívio social do conjunto. Todas as situações descritas são ilegais, dado que não respondem ao termo de permissão de uso dado às famílias cadastradas e beneficiadas com uma casa popular. Contudo, apesar de constatadas as irregularidades, nenhuma medida foi aplicada.

A operação policial deflagrou o processo de criminalização. Internamente nada aconteceu. O tráfico de drogas continuou com suas atividades no interior do conjunto e a condição das

famílias em situação ilegal não se modificou. Os moradores do conjunto habitacional passaram a conviver com boatos sobre o fim do conjunto habitacional, sobre a remoção das famílias para outros conjuntos mais distantes, e sobre a expulsão dos moradores em situação ilegal.

Externamente a operação noticiada teve outras consequências. Inscreve no imaginário da cidade a representação daquela área como um lugar violento, tomado pelo tráfico e crime. Suplanta a representação inicial de área beneficiada por uma política pública da habitação. Além disso, ao destacar publicamente que os traficantes moram no conjunto e mantém laços de vizinhança, parentesco ou amizade incrimina-se e culpabiliza-se os demais moradores. Cria-se, assim, um “lugar da violência”. Esse processo ignora e omite que os moradores destas áreas são também vítimas da violência urbana e que os mecanismos de repressão provocam constrangimento, colocando-os em posição de submissão e silenciando sua voz (MACHADO DA SILVA, 2008). Isto pode ser compreendido através do depoimento de uma moradora do Conjunto Habitacional Matadouro:

“me sinto desrespeitada pelo movimento do tráfico de drogas e quando a polícia entra nos apartamentos para revistar ou prender alguém”¹¹. (“R”, moradora do Conjunto Habitacional)

Vale dizer que os moradores carecem de meios para reagir a uma realidade violenta e repressiva.

Este trabalho de silenciamento é perceptível em outra reportagem do mesmo teor realizada em 21 de maio de 2010 pelo jornal televisivo InterTV, disponibilizada em sua página da internet. Neste caso, mesmo quando se informa sobre os problemas enfrentados pelos moradores do conjunto habitacional, enfatiza-se a questão do tráfico de drogas:

O Ministério Público recebeu uma denúncia que traficantes estão expulsando os moradores do conjunto habitacional. O conjunto foi construído pela prefeitura para moradores carentes que viviam em áreas de risco. Entregue há três anos a Portelinha já apresenta uma série de problemas. A presidente da associação de moradores do bairro Matadouro, onde fica o conjunto habitacional, conta que o poder público só vem aqui em ações policiais. Mas os problemas na Portelinha vão além da estrutura: o Ministério Público recebeu uma denúncia dizendo que traficantes estão

¹¹ Caderno de Campo, 24/11/2009

expulsando os moradores do conjunto habitacional para transformar o local em um grande ponto de venda de drogas. (INTERTVonline, 21 de maio de 2010)

Esta reportagem permite perceber que, além do silenciamento, o problema da violência urbana desde o ponto de vista das vítimas atuais ou potenciais é o se reconhecerem “como participantes subalternas de duas ordens sociais coexistentes” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 37-38). Vale dizer que os moradores de favela são impedidos de tomada de voz pública, e que suas estratégias de sobrevivência são apropriadas pelo tráfico.

Esta submissão a uma ordem violenta pode, muitas vezes, ser transfigurada pela convivência em um mesmo território e as relações de amizade, vizinhança e parentesco decorrentes dessa proximidade. Em tais circunstâncias, sem justificar a ação criminosa, mas referenciados nestas relações, os moradores “remoralizam”, em seus discursos os criminosos, atribuindo-lhes virtudes (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2008, p. 75). Assim, a aparente indiferenciação sustenta as insinuações de cumplicidade e incidem sobre os moradores e a repressão policial indistinta aos moradores.

Esta suspeita moral dos moradores por parte dos policiais aparece claramente em reportagem do ano de 2011, acrescida da descrição dos elementos físicos que fariam do conjunto um espaço privilegiado para o tráfico.

Uma ação da Polícia Militar no residencial da Portelinha, no Horto, apreendeu 530 papétes de cocaína, e deteve um rapaz de 20 anos. O material entorpecente teria sido encontrado no pátio do condomínio, onde teria sido deixado por um grupo de rapazes, que fugiu com a chegada da guarnição. Um deles, não foi muito longe e acabou sendo pego e levado para a 134ª Delegacia de Polícia (Centro), onde prestou depoimento e aguardava avaliação do delegado para a autuação por tráfico de drogas ou associação ao tráfico. O residencial da Portelinha, de acordo com a Polícia Militar é utilizado por traficantes como ponto de endolação e distribuição de entorpecentes. Por ser um local de difícil acesso, pela quantidade de prédios, a entrada é controlada pelos próprios moradores, segundo o comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar de Campos. “Por se tratar de um ponto já identificado pelos nossos levantamentos como sendo de venda de droga, diariamente são feitas incursões no local. Alguns criminosos, ao visualizarem a chegada da PM, invadem apartamentos de moradores que são obrigados a dar proteção até a nossa saída. Por isso, a nossa dificuldade em finalizar muitas apreensões de drogas com prisões de suspeitos”. (FOLHA DA MANHÃ, 21 de janeiro de 2011)

Segundo esta reportagem o Conjunto Habitacional Matadouro tem se tornado uma referência criminal na cidade. Seus muros e a disposição dos prédios facilitam o controle do acesso pelos moradores criando uma área em que os dificultam a entrada de policiais. Criar-se-ia, assim, um espaço em que o poder público tem pouca ou nula atuação, o que diminui consideravelmente a eficácia no controle e redução dos conflitos, e o que contribui com a crescente sensação de insegurança e com a segregação. Em tais circunstâncias, além do estigma, nas ocasiões em que o “poder público” se faz presente, o intuito é o estabelecimento da ordem e do controle social. Por trás dessas ações, geralmente, há a prevalência de outras ações violentas que sobrevêm também sobre aqueles que não estão envolvidos com o crime (BORDIN, 2010, p. 49).

Em suma, as recorrentes investidas policiais focam a atenção pública sobre o tráfico. Minimizam, assim, qualquer outro conflito ou reivindicação. Silenciam-se, por esse procedimento os moradores que continuam convivendo com o comércio de drogas e a repressão da polícia. Incapaz de coibir o tráfico no interior do conjunto e garantir segurança para a população.

Conclusão

A política de construção do Conjunto Habitacional Matadouro, apresentada como um exemplo de política habitacional e solução para o problema das favelas em Campos dos Goytacazes, chama a atenção pelo fato do resultado não apenas perpetuar a segregação, senão que favorece diferenciações e conflitos internos, configurando uma situação de segregação dentro de uma área segregada. O conjunto se diferencia da favela: morar no conjunto é material e simbolicamente diferente de morar na favela. A essa dimensão “positiva”, soma-se outra “negativa”, moram num “lugar” do tráfico de drogas dentro da favela do Matadouro. E este aspecto está bem desenhado no imaginário da cidade, que concebe e identifica os dois espaços semelhantes, mas diferenciados: a favela, com suas moradias precárias e poucos equipamentos urbanos; e o conjunto, que abriga atividades de comércio de drogas.

A publicização, por meio da mídia, de investidas e ações policiais dentro do conjunto torna-o um dos principais palcos da violência urbana no município. A consequência é a estigmatização de seus moradores, vistos como criminosos ou cúmplices. Além da proliferação de acusações, por parte dos moradores da favela, de que o conjunto habitacional

criminalizou e “manchou” o nome da favela do Matadouro, que se gabava de ter pouca ou nula incidência do tráfico de drogas antes da inauguração do conjunto.

Conclui-se que uma bem intencionada política de habitação municipal, não basta para eliminar os elementos que produzem a segregação e estigmatização dos pobres. Numa primeira abordagem, é possível apontar para a falta de planejamento e gestão adequados pela continuidade da segregação e estigmatização dos moradores do Conjunto Habitacional Matadouro. Uma compreensão mais profunda deverá reconhecer os limites da política de moradia popular quando relacionadas ao tráfico e a criminalização da pobreza. As políticas sociais apresentam limites, tanto cognitivos quanto referentes aos instrumentos de intervenção que precisam ser superadas.

Referencias Bibliográficas

ABRAMO, Pedro. Característica de funcionamento do mercado informal de solo urbano: uma perspectiva latino-americana. In: Lincoln Institute of Land policy – Programa para América Latina e El Caribe. 2002.

ARAÚJO, Isroberta Rosa. *Mobilidade urbana e políticas públicas no município de campos dos goytacazes: um estudo da política de transportes a um real*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro. 2012

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. 33º Encontro Anual da Anpocs. 2009

BORDIN, Marcelo. Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. Um século de favelas. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.1, 2005.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. In: Cadernos Metrópole, n. 17, 2007

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1995.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de campos dos goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LAGO, L.C. Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Moraes, 1991

LEITÃO, Gerônimo & ANDRADE, Luciana da Silva. Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais. Anais XII encontro da associação nacional de pós-graduação em planejamento urbano e regional. Belém, 21 a 25 de maio de 2007.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violencia urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio & LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando tratam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NOGUEIRA, Ana Paula Serpa. Ocupação nas ruínas do antigo matadouro público: análise da expansão da favela do Matadouro. 2006. 80 f., il. Trabalho Monográfico - Bacharelado em Ciências Sociais, Campos dos Goytacazes, 2006. Orientação de: Teresa de Jesus Peixoto Faria.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro; PEDLOWISKI, Marcos A.; ALMEIDA, Claudiméia do Rosário. Políticas municipais de habitação popular e a produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes/RJ. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

PARK, Robert. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade - favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PESSANHA, Roberto Moraes. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes (1991–2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes e SILVA NETO,

Romeu (org). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, WTC Editora, 2004.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Fontes Jornalísticas:

FOLHA DA MANHA. Homem detido com 530 papelotes de cocaína. Por Sandra Santos. 21 de janeiro de 2011. Em: <http://www.fmanha.com.br/#1219359808/1301930627>

INTERTVONLINE. Polícia realiza operação Paradigma em comunidade de Campos. 21 de maio de 2010. Em: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9234>

URURAU. Material apreendido: Polícia invade a Portelinha e desmantela o tráfico. 15 de maio de 2010. Em: <http://www.ururau.com.br/cidades5197>

Recebido em: dezembro. 2012